

As implicações sócio-ambientais do neomito do "mundo selvagem" no Parque Estadual do Desengano - RJ.

Quésia de S. Francisco y Alexandro C. Florentino.

Cita:

Quésia de S. Francisco y Alexandro C. Florentino (2008). *As implicações sócio-ambientais do neomito do "mundo selvagem" no Parque Estadual do Desengano - RJ. IX Congreso Argentino de Antropología Social. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Misiones, Posadas.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-080/412>



**As implicações sócio-ambientais do neomito do “mundo selvagem” no
Parque Estadual do Desengano - RJ**

Quésia de S. Francisco / UENF / quesiaf@yahoo.com.br

Alexandro C. Florentino / CEFET Campos / alexandro.c@gmail.com

Mesa de trabajo n° 24

**La relación naturaleza-cultura en su diversidad. Percepciones,
clasificaciones y prácticas**

IX Congreso Argentino de Antropología Social

“Fronteras de la Antropología”

Posadas - Misiones

05 al 08 de agosto de 2008

As implicações sócio-ambientais do neomito do “mundo selvagem” no

Parque Estadual do Desengano - RJ

Quésia de S. Francisco* – quesiaf@yahoo.com.br

Alexandro C. Florentino** – alexandro.c@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo apresentar questões a respeito das origens do movimento para a criação de áreas naturais protegidas nos Estados Unidos e suas bases ideológicas pautadas, dentre outras concepções, na noção de “mundo selvagem” (*Wilderness*). Tal noção constituiu-se, sobretudo, a partir de um dos pilares fundamentais da visão de mundo moderna-ocidental: a cisão Sociedade-Natureza. Em seguida, abordaremos algumas das repercussões dessas idéias em algumas regiões tropicais do, então chamado, “Terceiro Mundo”, nas quais havia a presença de populações tradicionais. De forma a discutir algumas das implicações da implementação de projetos de Preservação Ambiental nessas áreas, apresentaremos um estudo de caso da criação do Parque Estadual do Desengano, situado no norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Essa ação governamental teve como consequência uma mudança radical nos modos de vida de membros de uma pequena população nativa, conhecida como “mateiros”, que foram expulsos da área transformada em parque e proibidos de desempenharem atividades relativas à sua sobrevivência (caça, pesca, livre circulação etc.). A imposição feita aos mateiros apoiou-se na idéia de que os mesmos, nascidos e criados nessa região, representavam um potencial risco àquele ambiente “natural” e “selvagem” que deveria ser integralmente preservado.

Palavras-chave: *Wilderness*, Áreas de Proteção Ambiental, Pureza, Parque Estadual do Desengano-RJ

* Quésia de Souza Francisco é Bacharel em Ciências Sociais, Pós-Graduada em “Literatura, Memória Cultura e Sociedade”. Atualmente, é bolsista CAPES e cursa o mestrando em Sociologia Política pelo PPSP / LESCE / CCH / UENF (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política / Laboratório de Estudo da Sociedade Civil e do Estado / Centro de Ciências Humanas / Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”).

** Alexandro Chagas Florentino é Bacharel em Comunicação Social, Pós-Graduado em “Literatura, Memória Cultura e Sociedade”. Atualmente leciona no Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos – CEFET Campos.

1. Introdução

A crescente degradação ambiental marcada por processos globais tem posto em evidência as relações entre o ser humano e o mundo natural. Surgida na Europa do século XIX, a noção de uma natureza intocada que pudesse ser preservada a todo custo, passou a configurar as bases ideológicas da criação de reservas ambientais. Nesse contexto, as sociedades ocidentais passaram a criar mitos e representações simbólicas que têm por objetivo estabelecer ilhas intocadas de florestas, os parques e reservas naturais, onde a natureza pudesse ser admirada e reverenciada.

Essas idéias foram difundidas no chamado “Terceiro Mundo”, onde teve sérias implicações, visto que, percebeu-se que, tais áreas não constituíam, exatamente, o que se poderia chamar de “intocadas”. Antes, havia a presença, por séculos, de uma população com saberes e práticas, isto é, uma cultura típica daqueles locais. Tratava-se, na verdade, de um modo de vida que, ao invés de “destruir” a natureza, era responsável, por meio de manejos da fauna e da flora de forma harmônica, pela criação e manutenção do que chamamos “biodiversidade” das florestas tropicais, tão valorizada por comunidades científicas do mundo inteiro.

De modo a apresentarmos uma situação concreta de como isso acontece, abordaremos um estudo de caso: a transformação de uma área habitada por “mateiros”, localizada na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, no Parque Nacional do Desengano.

O artigo foi dividido em três partes. Na primeira, procuramos introduzir a questão da criação das áreas de preservação ambiental. Apresentamos um breve histórico do surgimento do movimento para a criação de áreas naturais protegidas, que teve sua origem nos estados Unidos da América, em meados do século XIX. Nessa divisão abordamos as bases ideológicas que fundamentam este movimento, dentre as quais destacamos a noção de “Mundo Selvagem” (*Wilderness*).

Na segunda parte, apresentamos o estudo de caso feito no Parque Estadual do Desengano. Nessa seção, expomos fragmentos de relatos de alguns entrevistados que habitavam em áreas dessa região, que veio a se tornar o referido Parque e foram expulsos, indo morar nos seus arredores e, na maioria dos casos, tornando-se empregados de fazendeiros locais.

Finalmente, na terceira parte, passaremos a discussão deste evento tendo por base as noções de pureza e de ordem apontadas pela antropóloga Mary Douglas, e, ainda, abordaremos algumas das implicações sócio-ambientais do processo moderno de cisão sociedade-natureza e da idéia de “mundo selvagem” ou “natureza intocada”.

2. Parques de Preservação Ambiental e a noção de mundo selvagem (*Wilderness*)

Em 1 de março de 1872, foi criado, pelo Congresso dos EUA, o primeiro parque nacional do mundo, o de *Yellowstone*. O projeto de criação do parque determinava que a região fosse reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida. As terras abrangidas pelos limites do parque deveriam ser separadas como parque público ou área de recreação para benefício e desfrute do povo.

Ficara também determinado que toda pessoa que se estabelecesse ou ocupasse aquele parque ou qualquer de suas partes seria considerada infratora e, portanto, deveria ser desalojada pela polícia.

A criação deste primeiro parque foi resultado de idéias preservacionistas que se tornaram importantes nos EUA desde o início do século XIX. Segundo Keith Thomas (1983 *apud* DIEGUES, 2004), essas idéias tiveram origem na Europa, a partir de uma mudança de concepção da relação entre o Homem e a Natureza.

Para Thomas, pela Europa do século XVIII percorriam um conjunto de pensamentos que valorizavam o mundo natural domesticado, os únicos campos valorizados eram os cultivados. O homem era considerado o rei de todas as criações (animais e plantas). Na Europa ocidental, a domesticação de animais era vista como um ponto altíssimo no grau de civilização. Nesse contexto, alguns indivíduos eram considerados como animais, pois não se comportavam de acordo com os ditames dos povos civilizados e, por isso, eram sujeitados ou marginalizados.

Essa “visão”, entretanto, foi mudada a partir do século XIX. Segundo Antônio Carlos Diegues, autor de *O Mito Moderno da Natureza Intocada* (2004),

Essa desvalorização do mundo selvagem começou a mudar a partir do início do século XIX, e para isso contribuíram o avanço da História Natural, o respeito que os naturalistas tinham por áreas selvagens não-transformadas pelo homem. (DIEGUES, 2004, p. 23)

A partir de então, a vida no campo passou a ser idealizada, sobretudo, pelas categorias sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola.

É em meio a esta perspectiva que se insere o conceito de parque nacional/estadual como área natural, selvagem, originário nos EUA. A noção de *Wilderness* (vida natural/selvagem), junto com a criação dos parques em fins do século XIX era a de preservação de grandes áreas não-habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira estadunidense para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo dos Estados Unidos da América, a urbanização já se encontrava em acelerado processo de desenvolvimento, e por isso, propunham a reserva de imensas áreas naturais, impedindo a expansão agrícola em tais locais e colocando-a à disposição das populações urbanas para fins de recreação.

Sendo assim, a vida nas cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição ao tipo de vida rústica no campo, passou a ser mal vista, pois o ambiente tornara-se muito poluído e prejudicial à saúde. Para garantir que tais áreas pudessem estar disponíveis como locais nos quais fosse possível “repor as energias” gastas pela vida exaustiva do “mundo industrial e urbanizado”, os parques deveriam ser destituídos da presença humana; isto é, as pessoas só poderiam frequentá-los com o fim de lazer. Em tais áreas selvagens (unidades de conservação) como as que não sofreram ação humana, o homem só era bem-vindo enquanto visitante e não como morador.

Algumas questões, entretanto, surgem diante destes empreendimentos. Haveria realmente a existência de tais áreas intocadas pela presença humana ou isto não passava de um mito? Segundo Kemf (1993 *apud* DIEGUES, 2004), o próprio *Yellowstone*, outrora mencionado, considerado o primeiro parque nacional do mundo, não fora criado em uma região vazia, mas em território de tribos indígenas.

Para Diegues, a idéia de parque como área selvagem e desabitada, típica dos primeiros conservacionistas norte-americanos, pode ter suas origens nos mitos do “paraíso terrestre”, típicos do Cristianismo.

A concepção cristã de paraíso, existente no final da Idade Média e no período anterior ao descobrimento da América, era de uma região natural, de grande beleza e rigorosamente desabitada, de onde o homem tinha sido expulso após o pecado original. No imaginário ocidental, ela poderia estar numa ilha ou em terras desabitadas além das Colunas de Hércules. A descoberta do paraíso terrestre estava entre os objetivos das viagens do descobrimento (Giucci, 1992). Esse mito do paraíso perdido e de sua reconstrução parece estar na base da ideologia dos primeiros conservacionistas americanos. (DIEGUES, 2004, p. 27)

Os primeiros conservacionistas, conforme indica Diegues, pareciam recriar e reinterpretar o mito do paraíso terrestre por meio da criação dos parques nacionais desabitados, onde o homem poderia contemplar as belezas da natureza.

Esse modelo de criação de áreas naturais protegidas, levado a cabo nos Estados Unidos, foi difundido e se constituiu numa das políticas conservacionistas mais utilizadas pelos países de “Terceiro Mundo”. A transposição desses espaços naturais nos quais não poderia haver a presença de moradores, no entanto, entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, cujas florestas eram habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais¹ que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais.

Em seu convívio diário com a natureza, essas populações adquiriram grande conhecimento do mundo natural, tornando-se aptas a criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e até mesmo potencializando, com suas práticas habituais, a chamada “diversidade biológica” tão valorizada nos dias atuais. Dessa forma,

a imposição de neomitos (a natureza selvagem intocada) e de espaços públicos sobre os espaços ‘comunitários’ e sobre os mitos bioantropomórficos (o homem como parte da natureza) tem gerado conflitos graves. Em muitos casos, eles têm acarretado a expulsão dos moradores tradicionais de seus territórios ancestrais (...). (DIEGUES, 2004, p. 11)

Para discorrermos sobre esta questão, elaboramos um estudo de caso, envolvendo uma população que habitava uma área no Norte do Estado do Rio de Janeiro transformada em área de preservação. Trata-se da criação do Parque Estadual do Desengano que será abordada a seguir.

¹ Adotamos, neste artigo, a noção de “população tradicional” de Antonio Carlos Diegues expressa em *O Mito Moderno da Natureza Intocada* (2004). O autor considera “tradicional” os seguintes seguimentos: “populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura (chamada neste trabalho de *tradicional*), de seus mitos próprios e de relações com o mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais” (DIEGUES, 2004: 14).

3. A criação do Parque Estadual do Desengano e suas implicações sócio-ambientais

O Parque Estadual do Desengano, anteriormente conhecido como Serra do Rio Preto, foi criado pelo Decreto-Lei nº 250, de 13 de abril de 1970, pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF). É considerado a última região abundante de Mata Atlântica ao Norte do Estado do Rio de Janeiro. São aproximadamente 60% de remanescentes florestais primários, resultando num total de aproximadamente de 22.400 hectares, incluindo a existência de diversas espécies animais consideradas em extinção.

A região do Parque permanece conservada devido ao seu relevo acidentado, mesmo sofrendo ao longo dos anos diversas “agressões”, principalmente pela agricultura, por meio da prática da monocultura da cana-de-açúcar, do café e, mais recentemente, também pela pecuária extensiva.

3.1 – Os habitantes do entorno do Parque

Na região onde foi criado o Parque, havia a presença de uma população dispersa portadora de uma cultura tida como tradicional. Seus habitantes possuíam hábitos alimentares referentes à sazonalidade com a qual os alimentos eram disponibilizados pela natureza. Isto é, a caça, a pesca, uma fruta ou outra, raízes etc. dependiam da época do ano na qual o alimento estivesse em maior ou menor abundância.

A população conhecida por “mateiros” – termo que explicitaremos mais adiante – tinha adquirido, com a convivência perpassada por séculos, saberes locais que lhe permitiam, com liberdade, tirar o seu sustento, remédios e abrigos da floresta sem causar-lhe danos dos quais não pudesse se recuperar no seu devido tempo. Compartilhavam uma formação cultural diferente da urbano-industrial que utiliza os recursos naturais e produz lixo em uma velocidade tamanha que a natureza não consegue absorver o impacto.

Para falarmos de cultura, adotamos a definição do antropólogo estadunidense Alfred Kroeber (1952) que nos interessa mais no âmbito dessa discussão:

Por cultura nós entendemos a soma total do que um indivíduo adquire da sua sociedade – aquelas crenças, costumes, normas artísticas, hábitos alimentares e habilidades que chegam até ele não pela sua própria atividade criativa, mas como um legado do passado, transmitido por educação formal e não formal.

O indivíduo adquire cultura “da sua sociedade”, e aprende a perceber e a experimentar o mundo de acordo com as concepções do local no qual se encontra inserido.

Com a criação do Parque, a população foi expulsa da área em que habitava, pois este, enquanto área de preservação ambiental, não poderia ter a presença humana com base nos pressupostos do homem enquanto um ser dotado de uma “cultura civilizada” que punha em risco a harmonia da natureza, conforme relatamos na seção anterior do presente artigo.

A expansão, bem como a conseqüente proibição dessa população quanto às práticas de caça e de pesca, trouxe graves problemas para população que teve de se adaptar às novas condições de vida.

Tiveram, por assim dizer, sua cultura descaracteriza, ao modificar seus hábitos alimentares, a utilização de medicamentos “naturais” elaborados por eles mesmos, introduzindo produtos industrializados em sua alimentação. Em sua maioria, tornaram empregados de fazendeiros locais que possuem propriedades no entorno do Parque.

Atualmente, o contraste é grande no Desengano. Enquanto o seu interior é rico em biodiversidade, os habitantes que residem em suas “bordas” são pobres economicamente e passam por dificuldades de sustento devido às privações que lhes foram impostas e que os afastam, cada vez mais, dos seus meios tradicionais de vida. Muitas famílias passaram a conviver em desarmonia com o meio, utilizando, por exemplo, práticas de manejo do solo de forma inadequada, sem ter consciência que estas práticas trazem prejuízos em sua qualidade de vida.

As famílias residentes no entorno do Parque Estadual do Desengano são consideradas populações *tradicionais*, de acordo com a definição do termo apresentada anteriormente. Essas desenvolveram um modo de vida rústico, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes.

Na região há um forte costume de se relacionar com a floresta, costume este, fruto da interação do índio com o branco e o negro, fazendo surgir no interior do país uma figura conhecida como mateiro.

Os mateiros são moradores da floresta e trabalhadores rurais com grande conhecimento sobre os recursos e os perigos da natureza. São, até hoje, excelentes guias na floresta. Habitualmente são contratados por pesquisadores, caçadores e pescadores vindos das cidades para o interior à procura de conhecimento e aventura. Também, as operadoras de Ecoturismo costumam contratar mateiros para auxiliar no trabalho de condução em áreas naturais.

Entrevistamos alguns deles em nossa ida a campo, em maio de 2007. Apresentaremos a seguir alguns desses moradores².

3.1.1 - *Francisco*

Um bom exemplo das habilidades dos mateiros é apresentado por um senhor que percorre a floresta apenas de bermuda e um facão na bainha, os pés no chão. O fato de estar sempre sem camisa não impede o sr. Francisco de percorrer os acidentados percursos da mata. Um exímio conhecedor das plantas medicinais, palmitos e frutas nativas.

Subimos na caçamba de uma caminhonete “Toyota”, tração 4x4, reduzida, único automóvel capaz de transitar pelas estradas acidentadas da localidade. Junto conosco estava o sr. Francisco, que tem 68 anos de vida e é famoso na região. Foi ele quem nos conduziu pelas trilhas do interior da floresta em nosso primeiro dia de pesquisa.

Acompanhando o sr. Francisco, no meio da mata podemos observar o conhecimento do velho mateiro sobre a floresta, o seu conhecimento sobre as plantas de uso medicinal. Ao caminhar, passando por trilhas, ele aponta uma árvore, depois, para um arbusto e diz seus nomes, para que servem e o modo de preparo: “essa é a suma rosa, ela serve pra problema de estômago (...) essa é a raiz preta, ela serve pra mordida de cobra, você corta e faz uma chá (...) é um ótimo depurador de sangue”.

² Optamos por substituir, neste trabalho, os nomes verdadeiros dos entrevistados por nomes fictícios.

Em meio a toda caminhada e conversa que se desenrola, podemos observar uma certa mágoa guardada, não pelo fato de não poder mais morar na floresta, mas sim por causa da maneira que tal situação ocorreu.

As terras que estes indivíduos habitavam foram-lhes tomadas ou pelo poder público estadual, com a criação da reserva, ou por grandes fazendeiros e grileiros de terra, que contaram com o apoio das “autoridades” – por diversas vezes a polícia agiu como se fosse “capanga” destes grandes fazendeiros.

O próprio sr. Francisco nos contou que foi vítima de uma “tocaia” a mando de um desses fazendeiros, um homem que dizia ser Desembargador do Governo e por isso tinha o poder de expulsar quem quer que fosse das terras que dizia serem suas. A seguir, a narrativa desse mateiro:

Eu tava bem aqui com meu filho e dois amigos quando escutei um barulho e vi a correia da espingarda que tava pendurada no meu ombro arrebentar, daí logo senti meu peito queimar. Daí escutei outro pipoco saindo dali do mato. Só deu tempo de empurrar meu filho que virou o rosto no susto, e no que ele virou o rosto, a bala pegou na beirinha da orelha dele, se ele não vira ia pegar no rosto dele. Depois disso eu caí e os três saíram correndo. Quem tava atirando me deu por morto e começaram a atirar nos meninos, saiu doze tiros do mato, tinham seis pessoas na tocaia. Eu levantei e me enfiei mato adentro e saí correndo (...). Eu fiquei quase uma semana escondido no mato porque a polícia ainda ficou me procurando pra fazer o que os homens que estavam me procurando não conseguiram (risos).

3.1.2 - *Florentino*

Outro Mateiro conhecido é o sr. Florentino, que vive em uma pequena área e trabalha cuidando da propriedade de fazendeiros.

Uma rápida caminhada em torno de sua pequena propriedade foi o suficiente para nos mostrar algumas plantas com uso medicinal, como o Jatobá, por exemplo, que tem a casca utilizada como remédio para o estômago, para disposição, depuração do sangue etc.

Um momento interessante foi quando ele olhou para uma moita e dela puxou o que ele dizia ser uma espécie de cipó, uma planta rasteira e frágil que era utilizada em picadas de cobras. O tal “cipó”, entretanto, não é propriamente um remédio, sua utilização está mais relacionada a uma espécie de magia, um rito, do que à uma prática medicinal.

De acordo com suas explicações, a pessoa picada pela cobra deveria proceder da seguinte maneira: extrair um pedaço da planta e dar oito nós ao longo dela e dizer algumas palavras – que ele não revelou – enquanto a amarra nas proximidades da picada de cobra. Esta “simpatia”, segundo o sr. Florentino, serve para segurar o veneno até que o ferido consiga chegar a um local onde possa ser medicado com soro antiofídico.

Neste momento, podemos observar uma situação bastante peculiar, afinal um rito é praticado, porém, quem o pratica não o enxerga como tal, e sim como um remédio.

O sr. Florentino, ao ser indagado se tal prática é uma simpatia diz veemente que não, e sim um remédio que ele aprendera a utilizar. E, quando lhe perguntamos a respeito de quem o ensinara tal prática, ele respondeu:

Aqui na roça ninguém ensina nada, nós é que aprendemos, nós escutamos e aprendemos. (...) não adianta nada eu querer ensinar qualquer coisa pro meu filho se ele não quiser escutar. Se ele não escutar, entra por um lado e sai pelo outro, e ele não aprende nada, ele que tem que querer. (...) esse caso mesmo da picada de cobra, eu vi uma pessoa fazendo e prestei atenção, mas ainda tinha as palavras que tem que dizer. Daí, um dia um senhor, eu estava com um cavalo mordido, me disse o que que tinha que fazer, daí também esse senhor nunca mais fez esse tratamento (risos).

Outra questão que pôde ser observada na região é que estes saberes tradicionais estão desaparecendo. As pessoas que ainda os utilizam são as mais idosas, os mais jovens não utilizam tais conhecimentos, eles preferem os remédios encontrados em farmácias.

As transformações na cultura local se devem, dentre outras causas, à expulsão dos mateiros da área pelo processo de criação da reserva ambiental, bem como pelo processo de “grilagem” de terra ocorrido na região. Pois os membros dessa população, mesmo que tivessem a intenção de manterem seus antigos costumes e passá-los aos mais jovens, ao serem empurrados para áreas menores, ficam impossibilitados de continuar exercendo suas práticas tradicionais, ou por não terem mais o “ambiente apropriado”, ou por estarem envolvidos em atividades diferentes das que estavam acostumados a praticar, como a prestação de serviços para outros proprietários, por exemplo.

4. A noção de Pureza sob o prisma da idéia de Ordem e o combate às “sujeiras”

A partir da concepção de “mundo selvagem” enquanto uma natureza intocada pelo Homem, exposta anteriormente, passaremos agora à discussão acerca na noção de Pureza apresentada por Mary Douglas em *Pureza e Perigo*, livro lançado pela primeira vez em 1966.

Douglas menciona uma tese segundo a qual os ritos primitivos não têm nada em comum com as nossas noções de pureza, pois os nossos costumes se apóiam na higiene e o dos povos “primitivos” seriam simbólicos. A autora, entretanto, contrapõe-se a essa formulação uma vez que, para ela, ao invés de apenas “semelhanças superficiais”, o que existe na verdade, em alguns pontos, é uma semelhança “perturbadora” entre os ritos simbólicos destes e a nossa higiene. Defende a antropóloga, na referida obra, cujo subtítulo é “Ensaio sobre as noções de poluição e tabu”, que “as nossas idéias de impureza também são expressão de sistemas simbólicos e que a diferença entre o comportamento face à poluição numa e noutra parte do mundo é apenas uma questão pormenor” (DOUGLAS, s/d, p. 49).

Sugerindo, então, que analisemos as nossas próprias noções de impureza, destaca duas diferenças importantes entre as idéias européias de impureza e as das chamadas culturas “primitivas”. A primeira diferença diz que evitamos a impureza por uma questão de higiene e que, portanto, tal comportamento não tem nada a ver com a nossa religião; a segunda diferença, que as nossas idéias sobre a impureza estão impregnadas pelo conhecimento de organismos patogênicos. Deixando de lado, entretanto, essas premissas relacionadas às noções de higiene e patogenia (que somente apareceram no século XIX, com a descoberta de microorganismos que transmitem doenças) para pensarmos as nossas idéias sobre a impureza, sugere Douglas que fiquemos com a “velha definição”: *é impura qualquer coisa que não esteja em seu lugar*.

Esse ponto de vista, é preciso destacar, implica a idéia de sistema, isto é, a existência de um conjunto de relações ordenadas, por um lado, e a subversão desta ordem, por outro. Nesse sentido, a impureza não se trata de um fenômeno isolado – antes, só ganha sentido se analisado diante de um sistema com categorias pré-estabelecidas. A impureza é, assim, o “subproduto de uma organização e de uma classificação da matéria, na medida em que ordenar pressupõe repelir os elementos não apropriados” (DOUGLAS, s/d, p. 50). Dito dessa forma, tal afirmação nos remete imediatamente ao domínio do simbólico.

Concluimos, então, *grosso modo*, que não existe uma coisa chamada Natureza que possa ser considerada pura ou impura em si mesma: uma floresta, um lago, enfim, a “natureza” em geral, em oposição à cultura, que é um produto humano, “não são nem puros, nem impuros – isto é, até serem manchados pelas sobras de um piquenique de domingo ou impregnados pelo refugo da indústria química” (BAUMAN, 1998, p. 14). A natureza tornar-se-á pura ou impura a partir de noções, de constructos socialmente produzidos; isto é, a partir de um esquema classificatório. É nesse sentido, repetimos, que Douglas concluiu que, assim como nas culturas “primitivas”, as nossas próprias idéias de pureza e de ordem também constituem sistemas simbólicos.

Dito em outras palavras, impureza é uma idéia (categoria) relativa. As coisas que são consideradas “impuras” em um contexto podem tornar-se puras pelo mero fato de serem postas em outro lugar. Ora, um belo par de sapatos ilustrados, lembrando um exemplo apontado por Douglas, torna-se um elemento sujo, uma impureza, se disposto sobre a mesa do jantar. E, uma vez de volta ao local dos sapatos, deixa de ser sujo, voltando a ser novamente apenas um belo par de sapatos ilustrados. Da mesma forma que um delicioso pedaço de torta de chocolate com morangos disposto em um prato de sobremesa tornar-se-á uma mancha nojenta ao cair sobre o lençol forrado sobre seu leito de dormir.

Dos sapatos ou do pedaço de bolo, não se pode dizer que sejam puros ou impuros em si mesmos. Uma vez, porém, confrontados com sistemas de classificação, pertencentes ao universo simbólico, ganham esta ou aquela conotação. Ou seja, os sapatos adquirem sua classificação de impureza ou pureza a partir de pré-noções que selecionam as categorias de elementos que podem ou não compor a mesa das refeições. Em suma, diz Douglas, “o nosso comportamento face à poluição consiste em condenar qualquer objeto ou qualquer idéia suscetível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações” (DOUGLAS, s/d, p. 51).

Dito isso, a impureza, assim definida, surge como uma categoria residual, rejeitada pelo nosso esquema habitual de classificação. A sujeira, tal como a conhecemos, sugeriu Douglas,

é essencialmente desordem. A impureza absoluta só existe aos olhos do observador. (...) A impureza é uma ofensa contra a ordem. Eliminando-a, não fazemos um gesto negativo; pelo contrário, esforçamo-nos positivamente por organizar o nosso meio. (...)

Indo à caça das impurezas, cobrindo esta superfície de papel, decorando aquela, arrumando, não somos movidos pela ansiedade de escapar à doença: reordenando positivamente o espaço que nos rodeia (o que é um ato positivo), tornamo-lo conforme uma idéia. Não há aqui nada de temeroso ou de irracional. O gesto que fazemos é criativo, o que tentamos é relacionar a forma e a função, impor uma unidade à experiência. (...)

Para concluir, diremos que se o impuro é o que não está no seu lugar, devemos abordá-lo pelo prisma da ordem. O impuro, o poluente, é aquilo

que não pode ser incluído se se quiser manter esta ou aquela ordem”.
(DOUGLAS, s/d, p. 14-15 e 55)

Se o impuro é aquilo que se encontra fora de lugar, que causa desordem nos nossos esquemas simbólicos pré-estabelecidos, cabe então, neste momento, uma discussão acerca da classificação referente às noções de “cultura” e “natureza”, e da relação entre estas estabelecidas na “moderna sociedade ocidental”.

Segundo Fritjof Capra (2006), uma das mudanças paradigmáticas que diferem a “Idade Média” da “Idade Moderna” - também chamada “Idade Científica”, devido ao predomínio dos saberes da Ciência, em detrimento de outras formas de conhecimento - é a acentuação da dicotomia estabelecida entre as categorias Sociedade/Cultura e Natureza. Esse processo histórico de cisão ganhou destaque a partir do século XVII, com os valores do Iluminismo, pela tecnologia da Revolução Industrial e com as concepções científicas de Isaac Newton e René Descartes.

Nesse processo, as concepções cartesianas tiveram um lugar de destaque. A ênfase no pensamento racional (“Cogito, ergo sum.”), que derivou na separação entre corpo e mente (assim como na dicotomia natural *versus* racional), se espalhou para toda a cultura ocidental: a identidade do indivíduo passou, então, a centrar-se em sua mente racional e não em seu organismo total. Essa visão de mundo teve como uma de suas conseqüências o distanciamento do indivíduo de seu “meio ambiente natural”, pois,

Na medida em que nos retiramos para nossas mentes, esquecemos como ‘pensar’ com nossos corpos, de que modo usá-los como agentes do conhecimento. Assim fazendo, também nos desligamos do nosso ambiente natural e esquecemos como comungar e cooperar com sua rica variedade de organismos vivos. (CAPRA, 2006, p. 37)

Nesse processo de cisão Sociedade x Natureza, conforme mencionado anteriormente, podemos identificar duas concepções distintas em diferentes contextos histórico-culturais. No primeiro momento, a visão de uma natureza selvagem e perigosa somada à crença no progresso material ilimitado a ser atingido por meio do crescimento econômico e tecnológico obtido com o auxílio das descobertas da ciência newtoniana, deu origem à idéia de que ela (a Natureza) deveria ser dominada pelo Homem. Ou seja, já que o “Homem” não era parte dessa “Natureza passiva”, mas sim um ser racional e detentor dos meios técnicos e científicos para subjugar-la e utilizá-la para seu bem-estar, tinha a missão de conquistá-la e explorá-la em nome do progresso material da Sociedade.

No segundo momento, passados alguns séculos da exploração da Natureza pelo Homem, eis que este se depara com hipóteses referentes às limitações do modelo de exploração dos “recursos naturais”. A sociedade se vê diante da idéia de que a natureza, caso não seja preservada, pode vir a acabar. Assim, mudando de concepção da relação Sociedade-Natureza, o Homem passa a ser visto, por ele mesmo, como um elemento destruidor do mundo natural - decorrendo daí, a idéia de que a natureza tem que ser protegida da sociedade.

Dito isso, considerando as classificações e a idéia de ordem, retornemos ao caso da expulsão dos “mateiros” da área destinada ao Parque Estadual do Desengano à luz da noção de impureza, tal como exposta por Mary Douglas e comentada por Bauman (1998). Esse autor chama a atenção para o fato de que essas noções têm implicações nos modos de vida de

populações humanas. Uma busca pela pureza, por uma certa ordem, leva, às vezes, a considerar como impureza toda uma categoria de pessoas. Como demarcou Bauman (1998),

(...) entre as numerosas corporificações da ‘sujeira’ capaz de minar padrões, um caso – sociologicamente falando – é de importância muito especial e, na verdade, única: a saber, aquele em que são *outros seres humanos* que são concebidos como um obstáculo para a apropriada ‘organização do ambiente’; em que, em outras palavras, é uma outra pessoa ou, mais especificamente, uma certa categoria de outra pessoa, que se torna ‘sujeira’ e é tratada como tal. (BAUMAN, 1998, p. 17)

Dessa forma, com a oposição Sociedade-Natureza, o Homem – com “H” maiúsculo – fica posto do “lado de fora” do meio natural, e, portanto, torna-se um elemento impuro dentro de uma natureza, que para estar em ordem de acordo com as nossas (pré)concepções, deveria ser “selvagem”, “intocada”.

Em outras palavras, nosso habitual esquema de classificação simbólica, isto é, aquele que dispõem Sociedade e Natureza em duas categorias opostas, sugere que uma natureza pura, em ordem, será aquela, e somente aquela, que estiver destituída da presença humana. Os chamados “Parques de Preservação Integral”, tal como o Estadual do Desengano, constituem uma expressão desta idéia.

Uma vez que, não existe essa categorização na própria natureza, ao analisarmos esses casos vamos ao encontro dos nossos hábitos mentais; como afirmou Douglas, parece que tudo o que percebemos está organizado segundo um modelo que, em certa medida, fomos nós que elaboramos. Assim, podemos chegar a conclusão de que “A intervenção humana decididamente não suja a natureza, e a torna imunda: ela insere na natureza a própria distinção entre pureza e imundície, cria a própria possibilidade de uma determinada parte do mundo natural ser ‘limpa’ ou ‘suja’.”(BAUMAN, 1998, p. 14).

Seguindo pressupostos de um modelo simbólico culturalmente estabelecido na sociedade moderna é que os “mateiros” foram expulsos pelo poder público Estadual do Rio de Janeiro. Porque constituíam um elemento “impuro” tiveram que ser retirados a fim de restabelecer a pureza e, com ela, a ordem daquela área protegida. Em suma, foi preciso expulsar os corpos estranhos a fim de preservar uma ordem que estivesse em pleno acordo com um “modelo”, com uma “idéia” de “natureza selvagem”.

Para concluir, ao invés de respostas e tomadas de posição frente a este processo, proponho aqui uma série de apontamentos e perguntas: i) primeiro, precisamos rever a concepção de *Sociedade* em oposição à de *Natureza*; ii) segundo, é preciso estabelecer que tipo de atividades realmente degradam o meio ambiente; iii) terceiro, existe mesmo uma natureza intocada pelo homem?; iv) quarto, não seriam as próprias atividades destes habitantes que fazem com que muitas espécies se desenvolvam na mata, e que se cria e se mantém a chamada “biodiversidade”, como bem o observou Carlos Diegues (2004)?; v) e, por último, preservar de quem e para quem?

Quanto a este último questionamento cabe aqui uma breve observação. Em primeiro lugar, gostaria de destacar que, embora o Estado se posicione de forma a proteger essas áreas, por um lado, falha ao fazer valer as leis de preservação ambiental, por outro, pois há indícios de que os fazendeiros avançam com suas cercas para dentro de áreas do referido Parque. Ora, o Estado que expulsou os habitantes daquela área protegida é o mesmo que tolera o não cumprimento de leis concernentes à atividade canavieira. A monocultura da cana-de-açúcar é

uma atividade que, por mais de três séculos, predomina na região Norte do Estado do Rio de Janeiro de forma a degradar os solos, poluir a atmosfera (devido a queima da palha desta gramínea e a falta de práticas de rotatividade de gêneros agrícolas, dentre outras) e cursos d'água (com o “vinhoto”, resíduo das atividades industriais gerados na produção de açúcar e álcool, que é despejado em rios e córregos). E, por sua vez, no início do ano de 2008, deputados estaduais do Rio de Janeiro aprovaram uma mudança na lei ambiental estadual para permitir a entrada das monoculturas de eucalipto em todas as regiões, permitindo assim, a entrada da Aracruz Celulose e outras empresas do ramo no Estado.

5. Considerações Finais

A urgência em se preservar o meio ambiente tem sido assunto muito discutido nos dias de hoje. É, sem dúvida, uma questão de suma importância, visto que a cada ano estamos mais propensos a vermos extinguiem-se os recursos naturais essenciais à manutenção da vida humana no Planeta.

A questão a ser pensada, no entanto, é em que medida e em quais ocasiões essa tentativa de preservação ambiental pode pôr em risco a vida de contingentes populacionais inteiros.

Deve ser repensada, por isso, o tipo de relação homem/natureza. E identificados quais as práticas, e de quais grupos sociais, que realmente prejudicam as florestas, rios, lagos e animais.

No caso do Parque Estadual do Desengano no Estado do Rio de Janeiro, o modo de vida e as práticas sociais dos “mateiros” foram radicalmente transformadas. Mudaram-se seus hábitos alimentares que obedeciam a uma certa sazonalidade; a utilização de remédios de plantas mesma da floresta substituída por remédios de farmácias. Enfim, uma população possuidora de um conhecimento local, teve uma série de costumes modificados, incorporando usos e práticas das sociedades urbano-industriais.

O que pretendemos ressaltar é que não se trata de não preservar o “meio ambiente” para que as populações possam usufruir de seus bens livremente. Antes de tudo, trata-se de identificar quais práticas sociais são prejudiciais a vida das espécies, humanas ou não, no Planeta.

Desde já, podemos adiantar que tais práticas giram em torno da produção desmesurada de lixo, da utilização compulsiva de matéria-prima, do desmatamento de imensas áreas florestais para a monocultura, pecuária extensiva e outros usos. Em suma, pelo modo de vida pautado na produção seriada, no consumo em massa e na concentração fundiária, só para citar alguns exemplos.

Práticas essas, lembremos, que mesmo se fosse da vontade daquela população tomá-las como modo de vida, tal advento não seria possível por uma questão de logística. O difícil acesso àquelas áreas devido à distância de centros urbanos e a precariedade de transporte, bem como a rusticidade do estilo de vida que levam, dificilmente permitirão que os “mateiros” adquiram meios e ferramentas eficazes a serem empenhados em uma suposta “degradação ambiental” da mata.

6. Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. “O sonho da pureza”. In: BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Traduzido por Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 13 a 26.
- CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação: a Ciência, a Sociedade e a Cultura emergentes*. Traduzido por Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2006.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 5ª edição. São Paulo: Editora Hucitec – Nupaub/USP, 2004.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Traduzido por Sónia Pereira da Silva. Lisboa: Edições 70, s/d. (Col. Perspectivas do Homem, n.º 39).
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Traduzido por Gilberto Velho. Rio de Janeiro/ RJ: Livros Técnicos e Científicos; 1989.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Traduzido por Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, 1999.
- KROEBER, A. L. e C. Kluckhohn. *Cultura: Uma Revisão Crítica de Conceitos e Definições*. New York: Vintage Books, 1952.